



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº , de 2023

*Disciplina regras a serem observadas quando da definição da imposto de que trata o art. 156-A e da contribuição de que trata o art. 195, V, ambos da Constituição Federal, nas operações desenvolvidas por empresas do setor de saneamento em municípios das regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e nos municípios fora dessas áreas que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar disciplina regras a serem observadas quando da definição da imposto de que trata o art. 156-A e da contribuição de que trata o art. 195, V, ambos da Constituição Federal, nas operações desenvolvidas por empresas do setor de saneamento em municípios das regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e nos municípios fora dessas áreas que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM.

Art. 2º A Lei complementar de que dispõe o parágrafo único do art. 124 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, ao instituir o imposto de que trata o art. 156-A e a contribuição de que trata o art. 195, V, ambos da Constituição Federal, deve prever a redução de 60% (sessenta por cento) das alíquotas de referência desses tributos incidentes sobre as operações desenvolvidas por empresas do setor de saneamento nos municípios alcançados pelo art. 1º.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Eduardo Gomes**

§1º A redução das alíquotas de referência deverá ser submetida a avaliação bianual de custo-benefício, podendo o Senado Federal, por meio de resolução, restringir os municípios alcançados, ainda que dentro das áreas de atuação da SUDAM, SUDENE e SUDECO, àqueles com IDHM igual ou inferior à dos municípios que não fazem parte dessas áreas de atuação.

§2º Resolução do Senado Federal fixará anualmente, com base em proposição do Tribunal de Contas da União – TCU, o IDHM abaixo do qual as operações neles desenvolvidas por empresas do setor de saneamento farão jus à redução das alíquotas.

Art. 3º As leis específicas e a resolução do Senado Federal previstas, respectivamente, nos incisos V e XII do art. 156-A da Constituição Federal, devem observar o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 4º Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em uma sociedade com tantas desigualdades como o Brasil, o saneamento básico não foge à regra, sendo indispensável assegurar que todas as camadas da sociedade tenham condições adequadas de higiene e saúde, como forma de promover a inclusão social, a saúde pública, a qualidade de vida da população e a preservação ambiental.

Em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o saneamento básico afeta diretamente a saúde pública da população. O acesso a serviços de saneamento básico, como água potável e sistemas adequados de esgoto, é fundamental para prevenir a propagação de doenças transmitidas pela água. Isso reduz significativamente os casos de doenças gastrointestinais, diarreia e outras infecções relacionadas à falta de higiene. Vale lembrar que tais doenças que afetam desproporcionalmente crianças pequenas.

Além de ser uma questão de saúde pública, o saneamento básico afeta diretamente a qualidade de vida da população. A disponibilidade de água limpa e instalações sanitárias adequadas permite que as pessoas vivam em ambientes mais limpos e seguros, permitindo trabalhar e estudar de forma mais eficaz, sem ser prejudicada por doenças relacionadas à falta de saneamento.

Por outro lado, sistemas de saneamento adequados ajudam na preservação do meio ambiente, evitando a poluição da água, do solo e do ar. Isso é vital para comunidades que muitas vezes dependem diretamente dos recursos naturais ao seu redor. Investir em saneamento básico nessas regiões





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Gomes

não apenas melhora as condições de vida imediatas, mas também contribui para um futuro mais saudável e sustentável.

Sendo assim, o objetivo principal dessa lei complementar, em linha com os dispositivos constitucionais previstos nos artigos 43, 145, §3º, e 156-A, incisos VI e X, é incentivar o setor de saneamento em regiões e municípios do Brasil com menor IDHM com vistas a fomentar o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento mais equilibrado do nosso País.

Sala da Sessão,

Senador EDUARDO GOMES



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5349009676>